



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

**PARA ATENDER À DEMANDA
APRESENTADA PELA SECRETARIA DA
SAÚDE PARA SERVIÇO DE UNIDADE
DE SUPORTE AVANÇADO PARA
TRANSPORTE MÉDICO.**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que contém o conjunto de parâmetros e elementos descritivos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação e que possibilita a avaliação do custo pela Administração, bem como a definição da estratégia de suprimento, dos métodos e do prazo de execução.

Assim, o presente documento configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento da demanda indicada.

2. DO OBJETO

2.1 Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de transporte de pacientes em unidade de suporte avançado (UTI), oferecendo transporte médico seguro e eficaz para pacientes em situações de risco elevado. Sua atuação permite que pacientes críticos recebam cuidados médicos contínuos durante o trajeto, melhorando as chances de sobrevivência e recuperação.

As unidades de transporte avançado devem conter 1(um) médico, 1(um) enfermeiro e 1(um) motorista/socorrista. As Ambulâncias de Suporte Avançado (USA) devem obrigatoriamente conter no mínimo:

- Maca retrátil, colares cervicais e talas.
- Oxímetro de pulso
- Capnógrafo





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

- Oxigênio e equipamentos de ventilação
- Respirador ciclado
- Ventilador mecânico
- Ambu-bag (máscara de oxigênio manual)
- Máscaras e tubos endotraqueais
- Kit de acesso intravenoso
- Kit de medicamentos de urgência e emergência e ambulatorial
- Monitor cardíaco e desfibrilador
- Soro fisiológico
- Injetores de medicamentos e seringas
- Tourniquetes
- Curativos e bandagens
- Compressas hemostáticas
- Colares cervicais
- Imobilizadores de membros (talas)
- Cilindros de oxigênio
- Máscaras de oxigênio
- Tubos nasais (cânulas nasais)
- Laringoscópio e lâminas
- Tubo orotraqueal e traqueostomia
- Eletrocardiógrafo portátil (ECG)
- Termômetro digital
- Estetoscópio
- Bolsas de sangue ou plasma
- Sistema de infusão intravenosa

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação será realizada mediante licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

3.2 A escolha da forma de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM** se dá em razão de proporcionar ampla concorrência entre os licitantes participantes do processo.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR



Rua Santana, 4710 - Santo Amaro da Imperatriz/SC
CEP 88.140-000



(48) 3245-4364

E-mail: admsaude@santoamaro.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

4.1. Requisitos de Habilitação fiscal, social e trabalhista

4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.1.7. Certidão Negativa de Recuperação Judicial, extrajudicial e falência;

4.1.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.1.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.1.10. Declaração Formal de Disponibilidade, relativo aos equipamentos e pessoal mínimos necessários, essenciais para a realização dos serviços, objeto desta contratação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

4.1.11. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da

Lei nº 8.213/91.

4.1.12. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de

14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

5.1 A formalização da **Ata de Registro de Preços** em questão se dará através da assinatura do instrumento de contrato, com prazo de vigência máximo de 12 (doze) meses prorrogável por igual período.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e a **empresa vencedora** devem ser realizadas por escrito, preferencialmente pelo e-mail admsaude@santoamaro.sc.gov.br sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2 O órgão ou entidade poderá convocar representante da **empresa vencedora** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3 A fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços será realizada pela Secretaria de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz, por meio de equipe técnica designada para esse fim. O fiscalizador será responsável pela verificação da conformidade dos atendimentos realizados, controle de qualidade, cumprimento dos prazos e verificação da execução adequada do serviço, conforme os termos acordados no Termo de Referência.

7. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

7.1 A execução dos serviços deve iniciar imediatamente após a expedição da ordem de serviço.

8. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

8.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

8.2. Prestar o serviço, em prazo não superior a 24 horas do chamado do serviço.

8.3. Entregar o serviço de acordo com as especificações estipuladas neste termo de referência;

8.4. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do produto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

8.5. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referidas aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Santo Amaro da Imperatriz;

8.6. Se responsabilizar pela qualidade do serviço;

8.7. Atender as legislações federais, estaduais e municipais vigentes;

8.8. Substituir, de imediato, às suas expensas, o que não se adequar às especificações constantes neste termo de referência;

8.9. Manter, durante toda a vigência, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente qualquer alteração;

8.10. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Santo Amaro da Imperatriz ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

8.11. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante o transporte e descarga dos materiais nos locais de entrega;

8.12. Prestar diretamente o serviço, sem transferência de responsabilidades ou obrigações não autorizadas pela **PMSAI**;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

- 8.13. Reparar ou substituir, às suas expensas, os materiais/equipamentos em que se verificarem defeitos ou materiais nos prazos estabelecidos;
- 8.14. Arcar com o ônus advindo das horas extras, encargos sociais e outras despesas que venha a incidir sobre o seu pessoal, quando houver prestação de serviço;
- 8.15. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados à **PMSAI** ou a terceiros, por atos de negligência ou culpa de seus empregados, durante a execução dos serviços;
- 8.16. Substituir, sempre que solicitado pela **PMSAI**, qualquer empregado cuja atuação seja julgada prejudicial, inconveniente ou insatisfatória, quando na prestação de serviço;
- 8.17. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **PMSAI** em até 48 (quarenta e oito) horas;
- 8.18. Assegurar à **PMSAI** o direito de fiscalizar, sustar e recusar qualquer material que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas do edital;
- 8.19. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;
- 8.20. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a **PMSAI** por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços, comunicando-a imediatamente qualquer alteração.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução para a prestação dos serviços de Unidades de Serviço Avançada (USA) será o regime de execução indireta, com fornecimento de serviços conforme demanda, de acordo com as necessidades de transporte assistido e atendimento pré-hospitalar, conforme especificado no Termo de Referência.

9.1 Forma de execução será Indireta por meio da empresa contratada, que será responsável por garantir a operação das unidades móveis de atendimento avançado, incluindo a disponibilização de profissionais médicos, enfermeiros, equipamentos e materiais adequados para o transporte assistido e o atendimento de urgência, conforme a necessidade do município.

9.2 O prazo para execução será de até 24 horas após o chamado enviado pela Secretaria de Saúde à empresa vencedora, que será responsável por garantir a operação das unidades móveis de atendimento avançado, que será responsável por garantir a operação das unidades móveis de atendimento avançado, incluindo a disponibilização de profissionais médicos, enfermeiros, equipamentos e materiais adequados para o transporte assistido e o atendimento de urgência, conforme a necessidade do município.

9.3 A **empresa vencedora** será responsável pela correta execução dos serviços, incluindo a disponibilidade das Unidades de Serviço Avançada, qualificação e





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

treinamento da equipe médica e de apoio, manutenção e operação dos equipamentos de suporte à saúde, além do transporte assistido seguro e adequado aos pacientes que necessitem de cuidados médicos durante o deslocamento.

9.4 A **empresa vencedora**, deverá cumprir com todas as exigências legais, regulamentares e de qualidade necessárias para a boa execução do serviço.

10. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a empresa que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes penalidades:

- i) **Advertência**, quando a **empresa vencedora** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, por 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

(2) moratória de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

(a) O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **PMSAI a empresa vencedora**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a **empresa vencedora**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a **PMSAI**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os As despesas decorrentes da execução desta aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Dotação 18.33.90.00.00.00.00 - 1.600.7000.020 (MAC)**

12. FORMA DE PAGAMENTO





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

O Município efetuará o pagamento à **empresa vencedora** mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.

O pagamento será efetuado em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura à vista do respectivo termo de recebimento provisório ou definitivo, e dar-se-á mediante ordem bancária.

As Notas Fiscais emitidas pela **empresa vencedora** deverão relacionar a quantidade dos produtos/serviços, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).

Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando

qualquer ônus para a contratante.

13. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período contratado.

14. GARANTIA CONTRATUAL

Poderá ser exigida das contratadas a prestação de “garantia contratual”, para assegurar o cumprimento de obrigações contratuais e inadimplência de penalidades.

§ 1º Caberá ao Órgão demandante justificar o percentual a ser exigido a título de garantia, o qual poderá variar entre 0,1% e 5% do valor global do contrato.

§ 2º Não será exigida garantia nos seguintes casos:

I - Contratações com valor estimado até o limite para dispensa de licitação;

II - Contratações para entrega de objetos que não gerem obrigações futuras para a contratada ou em que a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato seja pouco significativa.

15. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

O objeto a ser contratado consiste em serviço de unidade de suporte avançado para transporte médico, oferecendo transporte médico seguro e eficaz para pacientes em situações de risco elevado. Sua atuação permite que pacientes críticos recebam cuidados médicos contínuos durante o trajeto, melhorando as chances de sobrevivência e recuperação.

As unidades de transporte avançado devem conter 1(um) médico, 1(um) enfermeiro e 1(um) motorista/socorrista. As Ambulâncias de Suporte Avançado (USA) devem obrigatoriamente conter no mínimo;

Maca retrátil, colares cervicais e talas.

Oxímetro de pulso

Capnógrafo

Oxigênio e equipamentos de ventilação

Respirador ciclado

Ventilador mecânico

Ambu-bag (máscara de oxigênio manual)

Máscaras e tubos endotraqueais

Kit de acesso intravenoso

Kit de medicamentos de urgência e emergência e ambulatorial

Monitor cardíaco e desfibrilador

Soro fisiológico

Injetores de medicamentos e seringas

Torniquetes

Curativos e bandagens

Compressas hemostáticas

Colares cervicais

Imobilizadores de membros (talas)

Cilindros de oxigênio

Máscaras de oxigênio

Tubos nasais (cânulas nasais)

Laringoscópio e lâminas

Tubo orotraqueal e traqueostomia

Eletrocardiógrafo portátil (ECG)

Termômetro digital

Estetoscópio

Bolsas de sangue ou plasma





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Sistema de infusão intravenosa

16. QUANTIDADE DE ITENS A SEREM CONTRATADOS

Quantidade estimada de 30 (trinta) transportes por ano.

17. CRITÉRIO E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria - Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 12 de fevereiro de 2025

Tuan Lucas Honorato
Assistente Administrativo

Itamar Lohn Abreu Junior
Secretário Interino de Saúde